

LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA

PRECATÓRIOS

ATUAL REGIME JURÍDICO

2^a edição revista,
atualizada
e ampliada



☞ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

☞ Fechamento desta edição: 20.02.2024

☞ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

☞ Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br

☞ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2024 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

☞ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

☞ Capa: Daniel Kanai

☞ **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

C978p

2. ed.

Cunha, Leonardo Carneiro da

Precatórios : atual regime jurídico / Leonardo Carneiro da Cunha. - 2. ed. - Rio

de Janeiro : Forense, 2024.

288 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia e anexo

ISBN 978-85-3099-485-3

1. Execução contra fazenda pública - Brasil. 2. Execução fiscal - Brasil. I. Título.

24-88515

CDU: 347.952:351.94(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. PRECATÓRIO	3
1.1. Terminologia.....	3
1.2. Breve esboço histórico.....	5
1.3. Previsão constitucional.....	7
1.4. Justificativa constitucional	12
1.5. Obrigatoriedade do precatório	13
1.6. Autocomposição e precatório.....	14
1.7. Execução de sentença arbitral contra o Poder Público	18
1.8. Casos de dispensa de precatório	20
1.9. Créditos alimentares	28
1.10. As Emendas Constitucionais 62/2009 e 94/2016, as preferências e as diversas ordens cronológicas.....	31
2. ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DOS PRECATÓRIOS...	33
2.1. Aspectos objetivos.....	33
2.1.1. Aplicação para as obrigações pecuniárias	33
2.1.2. Execução em mandado de segurança.....	37
2.2. Aspectos subjetivos.....	40
2.2.1. Aplicação para as pessoas jurídicas de direito público...	40
2.2.2. Aplicação para empresas públicas e sociedades de economia mista que prestam serviços públicos.....	41

2.2.3.	Inaplicabilidade para os conselhos profissionais.....	44
2.2.4.	Aplicabilidade para pessoas jurídicas de direito privado incorporadas a ente público ou transformadas em pessoas jurídicas de direito público.....	44
3.	PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS	47
3.1.	Prazo para pagamento dos precatórios	47
3.2.	Atualização monetária e juros no pagamento do precatório.....	48
3.3.	A inadequação da correção monetária por índice que não reflete a inflação	50
3.4.	Previsão da Selic como critério de correção monetária.....	56
3.5.	Selic <i>versus</i> IPCA-E.....	57
3.6.	Utilização de depósitos judiciais para pagamento de precatórios em atraso	59
3.7.	Procedimento do precatório perante o presidente do tribunal.....	60
3.8.	Natureza jurídica da atividade do presidente do tribunal no precatório	60
3.9.	Sequestro.....	62
4.	REGIME ESPECIAL PARA ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	65
4.1.	Regime especial para pagamento de crédito de precatório de Estados, Distrito Federal e Municípios (instituído pela EC 62/2009).....	65
4.2.	Assunção de débitos de Estados, do Distrito Federal e de Municípios pela União (cf, art. 100, § 16).....	66
4.3.	Inconstitucionalidade do regime especial estabelecido para Estados, para o Distrito Federal e para Municípios.....	67
4.4.	As Ações Diretas de Inconstitucionalidade 4.357 e 4.425 e seus julgamentos pelo Supremo Tribunal Federal	69
4.5.	Regime especial para pagamento de crédito de precatório de Estados, Distrito Federal e Municípios (instituído pela EC 94/2016).....	71
4.6.	Ampliação do prazo do regime especial pela EC 109/2021.....	75
4.7.	Limite subjetivo de aplicação	75
4.8.	Preferências para o regime especial	76
4.9.	Proibição de desapropriações	77

4.10.	Vedação de sequestro.....	77
4.11.	Inconstitucionalidade do regime especial.....	77
5.	LIMITE DE GASTOS PARA PRECATÓRIOS FEDERAIS	79
5.1.	Limites de gastos para despesas primárias.....	79
5.2.	Revogação do limite de gastos pela EC 126/2022	79
5.3.	Limites de gastos para pagamento de precatórios federais.....	80
5.4.	Exclusão do limite de gastos.....	80
5.5.	Inconstitucionalidade do limite de gastos para pagamento dos precatórios: o julgamento de procedência pelo STF da ADI 7.064.....	81
6.	DEMAIS REGRAS SOBRE PRECATÓRIOS.....	85
6.1.	O cancelamento de precatórios e requisições de pequeno valor federais (Lei 13.463/2017).....	85
6.2.	Intervenção federal e estadual.....	89
6.3.	Parcelamento de precatórios que superam 15% do montante dos precatórios	90
6.4.	Abatimento, a título de compensação, no valor do precatório de débitos com a correspondente Fazenda Pública	90
6.5.	Utilização de crédito de precatório.....	91
6.6.	Cessão de crédito inscrito em precatório.....	92
6.7.	Negociação e cessão de precatórios mediante serviços notariais.....	94
7.	OS PRECATÓRIOS E O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	97
7.1.	Relembrando as funções do Conselho Nacional de Justiça.....	97
7.2.	O Conselho Nacional de Justiça e as boas práticas da atividade jurisdicional	99
7.3.	A Resolução 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça	101
7.4.	A gestão dos precatórios e o controle pelo Congresso Nacional e pelo Conselho Nacional de Justiça.....	102
8.	NORMAS PROCESSUAIS DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	107
8.1.	Execução contra a Fazenda Pública.....	107

8.2.	Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	109
8.3.	Liquidação de sentença contra a Fazenda Pública: ausência de regras especiais	114
8.4.	A defesa da Fazenda Pública no cumprimento de sentença: impugnação.....	115
8.5.	Conteúdo da impugnação apresentada pela Fazenda Pública...	120
8.5.1.	Observação inicial	120
8.5.2.	Falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia	121
8.5.3.	Ilegitimidade de parte	122
8.5.4.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	123
8.5.5.	Decisão fundada em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (CPC, art. 535, § 5º).....	123
8.5.6.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	128
8.5.7.	Qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença	131
8.5.8.	Incompetência do juízo da execução, bem como suspeição ou impedimento do juiz	133
8.6.	Execução fundada em título extrajudicial em face da Fazenda Pública	134
8.6.1.	Generalidades.....	134
8.6.2.	A defesa da Fazenda Pública na execução fundada em título extrajudicial: os embargos à execução	135
BIBLIOGRAFIA		139
ANEXO		143
1.	Legislação pertinente à matéria dos precatórios.....	143
	Emenda Constitucional 94, de 15 de dezembro de 2016.....	143
	Emenda Constitucional 99, de 14 de dezembro de 2017	149
	Emenda Constitucional 109, de 15 de março de 2021	153
	Emenda Constitucional 113, de 8 de dezembro de 2021	165

	Emenda Constitucional 114, de 16 de dezembro de 2021.....	172
	Emenda Constitucional 126, de 21 de dezembro de 2022.....	177
	Resolução 303, de 18 de dezembro de 2019	183
2.	Súmulas do STF e do STJ	229
3.	Temas de repercussão geral em recurso extraordinário	230
4.	Teses fixadas pelo STJ em temas repetitivos.....	234
5.	Enunciados	237
	5.1. Enunciado do Fórum Permanente de Processualistas Civis – FPPC	237
	5.2. Enunciados do Fórum Nacional do Poder Público – FNPP.....	237
6.	<i>Leading cases</i> comentados.....	238
	Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.357	238
	Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.425	249
	Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.534	252
	Ação Direta de Inconstitucionalidade 7.047	254
	Ação Direta de Inconstitucionalidade 7.064	261
7.	Outros precedentes vinculantes do STF e do STJ.....	274